

A “metafísica da economia política”: aproximações sobre a natureza das categorias econômicas e do método da crítica da economia política de Marx

Edson Mendonça da Silva¹

Resumo: A ausência de um texto sistemático e definitivo sobre a questão metodológica na crítica da política de Marx provocou uma série de interpretações e debates no interior do marxismo e da economia política ao longo do século XX. Recentemente, a temática retomou um espaço de destaque nas preocupações entre os intérpretes de Marx a partir dos estudos associados a “Nova Dialética” ou “Novo Marxismo Hegeliano”. O projeto defende um reexame dos fundamentos metodológicos de Marx e sublinha a influência decisiva da *Ciência da Lógica* de Hegel na estrutura e exposição categorial em *O Capital*. Em resposta, outros trabalhos defendem um uso pragmático e eclético de Marx da lógica hegeliana, sem maiores desdobramentos metodológicos que autorizem uma identidade estrutural entre as duas obras. O objetivo do artigo é reconstruir a trajetória da crítica da economia política de Marx com ênfase na análise da natureza científica de suas categorias econômicas, tendo como ponto de partida *A Miséria da Filosofia* (1847). Da crítica a “metafísica da economia política” de Proudhon, emerge um tratamento – ainda exploratório, mas decisivo – das categorias econômicas como um produto do movimento histórico das relações de produção, o que instaura o primado da ontologia *materialista* na constituição de sua cientificidade. Dessa forma, as indicações contidas na obra sugerem a formação de um estatuto científico no qual as categorias econômicas expressam “formas de ser”, atributos inerentes do objeto investigado, e não um resultado da aplicação de um método eleito *a priori*, de um tratamento autônomo da questão metodológica.

Palavras-chave: Marx; Nova Dialética; Ontologia

The "metaphysics of political economy": approximations about the Marx's nature of economic categories and the method of critique of political economy

Abstract: The absence of a systematic and definitive text on the methodological question in Marx's critique of politics provoked a series of interpretations and debates within Marxism and political economy throughout the twentieth century. Recently, the theme has returned to a prominent place in the preoccupations between Marx's interpreters from the studies associated with "New Dialectic" or "New Hegelian Marxism". The project advocates a reexamination of Marx's methodological foundations and underlines the decisive influence of Hegel's Logical Science on the structure and categorical exposition in *Capital*. In response, other works defend Marx's pragmatic and eclectic use of Hegelian logic, without further methodological developments that authorize a structural identity between the two works. The objective of this article is to reconstruct the trajectory of the critique of Marx's political economy with an emphasis on the analysis of the scientific nature of its economic categories, starting from *Misery of Philosophy* (1847). From critique the "metaphysics of political economy" Proudhon, emerges a treatment - still exploratory but decisive - of the economic categories as a product of the historical movement of the relations of production, which establishes the primacy of the materialist

¹ Doutorando em Economia PPGE-UFF

ontology in the constitution of its scientificity. Thus, the indications contained in the work suggest the formation of a scientific status in which the economic categories express "forms of being", inherent attributes of the object investigated, and not a result of the application of a method chosen a priori, of an autonomous treatment the methodological question.

Keywords: Marx; New Dialectic; Ontology

Introdução

A ausência de um texto sistemático sobre a questão metodológica na crítica da política de Marx é de conhecimento público no interior do marxismo e da economia política, o que gerou um intenso debate ao longo do século XX sobre o chamado *método dialético*. De forma explícita, o que se encontra em manuscritos, cartas e etc. de Marx são escassos e fragmentários comentários sobre o tema, sem um tratamento definitivo ao tema.

Nas últimas décadas, a temática sobre o conteúdo da dialética na crítica da economia política retomou com a iniciativa de estudiosos associados a “Nova Dialética” ou “Novo Marxismo Hegeliano”, um projeto que emergiu no início dos 1990 a partir das conferências do *International Symposium on Marxist Theory* organizada pelo economista Fred Moseley (2014). O conjunto de trabalhos vinculados a este projeto propõe um reexame dos fundamentos metodológicos de Marx sublinhando a influência decisiva da lógica dialética de Hegel em *A Ciência da Lógica* no desenvolvimento intelectual do autor, principalmente em *O Capital*². Naturalmente, a proposta da Nova Dialética originou uma série de comentários acerca da questão metodológica em Marx, o que renovou as discussões e as teses sobre o tema, principalmente em um contexto de publicação de manuscritos ainda inéditos do autor pela *MEGA*², a partir da década de 1970.

O objetivo do artigo é reconstruir a trajetória da crítica da economia política de Marx com ênfase na análise da natureza científica de suas categorias econômicas, tendo como ponto de partida *A Miséria da Filosofia* (1847), redigido em 1846. Na primeira seção, o trabalho

² Outros autores se destacam neste projeto como Tony Smith, Geert Reuten, Patrick Murray, Riccardo Bellofiore e Roberto Fineschi. Ver Moseley (1993, 1997, 2014).

dimensiona a questão metodológica ao destacar as raras incursões explícitas de Marx no tema, muitas vezes em cartas posteriormente publicadas. Já na segunda seção, ele expõe de forma ainda preliminar o projeto da “Nova Dialética” e algumas interpretações que corroboram com as suas teses e também análise que se colocam em direção contrária a ela. Na terceira seção, o trabalho expõe algumas considerações dois pontos centrais para a questão metodológica em Marx e que estão contidas na obra de 1847: (i) a exposição da dialética hegeliana e a crítica a sua versão vulgarizada de Proudhon, e (ii) os primeiros apontamentos de Marx acerca da natureza das categorias econômicas no modo de produção capitalista. Nas considerações finais, o trabalho pretende destacar que esta primeira intervenção pública de Marx sobre o tema da economia política já inaugura um estatuto científico, no qual a centralidade da análise não reside na adoção de método *a priori* de investigação do objeto, mas sim da análise das propriedades internas do próprio ser, das categorias econômicas como “formas de ser”.

1. Qual o método em “O Capital”?

Um dos manuscritos de Marx mais utilizados como subsídio para uma discussão sobre o seu método é a terceira seção da *Introdução de 1857* contida nos *Grundrisse*. Apesar de ser um dos raros momentos nos quais o autor explicita a questão metodológica de seu estudo de maneira autônoma, o texto não é um relato definitivo sobre o tema e foi posteriormente suprimido por Marx em a *Contribuição da Crítica da Economia Política* (1859) por não desejar “antecipar resultados que estão para ser demonstrados”. (MARX, 2008, p. 46).

Inicialmente, Marx diferencia o método da Economia Política e o seu próprio método científico. Os primeiros iniciam a análise de uma “representação caótica do todo” ou o “concreto representado” (ex.: a população de um dado país) e seguem em direção a formulação de “conceitos abstratos”, “mais simples” (ex.: divisão do trabalho). Entretanto, Marx assinala que tal procedimento científico não é suficiente, sendo necessário “dar início à viagem de retorno”. Assim, o “método cientificamente correto” exige um retorno ao concreto, não mais como uma representação caótica, mas sim como “uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Um concreto que é a “síntese de múltiplas determinações”, uma “unidade da diversidade”, e por isso ele surge no pensamento como síntese, como um resultado e “não como ponto de partida”, ainda que seja o “ponto de partida efetivo” da análise. Em resumo, a Economia Política Clássica

adotou a primeira via, do real às determinações abstratas, entretanto ela não fazia o caminho de volta – a segunda via –, a “reprodução do concreto por meio do pensamento”, o conhecido método do *eleva-se do abstrato ao concreto* (MARX, 2011, p. 54).

Com exceção da *Introdução de 1857*, Marx legou aos seus leitores escassos comentários, especialmente através de cartas, sobre a questão metodológica de forma tão explícita quanto ao esboço inacabado. Em carta a Engels em 1858, o autor relata que em seus estudos sobre a teoria do lucro, a *Lógica* de Hegel teria sido de “grande utilidade”, no que diz respeito ao tratamento do metodológico, por “mero acidente”. Em seguida, ele confessa a sua intenção, nunca realizada, de redigir um texto acessível ao leitor comum sobre o aspecto “racional” do método de Hegel, um método que o filósofo alemão “não apenas descobriu, mas também mistificou” (MARX & ENGELS, 1983; p. 249). No mesmo ano, ao relatar à Lassalle o seu progresso no desenvolvimento de sua economia política, Marx sublinha que está preocupado com a sua “crítica das categorias econômicas ou, *if you like*, uma exposição crítica do sistema da economia burguesa”. E complementa: “É ao mesmo tempo uma exposição e, do mesmo modo, uma crítica do sistema”. (MARX & ENGELS, 1983; p. 270). Ao comentar a resenha de Dühring ao *O Capital*, em carta à Kugelmann em 1868, Marx registra que “ele sabe muito bem que o meu método de exposição não é hegeliano, já que sou um materialista, e Hegel, um idealista”. E em seguida ele reforça o aspecto mistificador do método hegeliano ao afirmar que “a dialética de Hegel é a forma básica de toda a dialética, mas só *depois* de ter sido purgada de sua forma mistificada, e é precisamente isso que distingue o *meu* método”. (MARX & ENGELS, 1983; p. 543).

No posfácio da segunda edição de 1873 do *O Capital*, Marx assinala que se deve distinguir o modo de *exposição* do modo de *investigação*. O segundo deve se “apropriar da matéria em seus detalhes”, analisando as formas de seu desenvolvimento e o seu nexos interno. E só concluído esta etapa, deve-se “expor adequadamente o movimento real”, de maneira que a “vida da matéria é agora refletida idealmente”, mas como destaca o autor, uma exposição não sob a uma forma apriorística, ideal, mas sim como um resultado da apropriação material do objeto. Em seguida, Marx registra uma importante diferença entre ele e Hegel:

“Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar

num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2014, p. 90)

Apesar disso, Marx destaca que a mistificação pela qual passou a dialética em Hegel não o impediu de ser o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento. Para ele, a dialética hegeliana se encontrava “de cabeça para baixo”, sendo necessário desvirá-la com o objetivo de manter o “cerne racional” envolvido na mistificação de Hegel, que “glorificava o existente” (MARX, 2014, p. 91).

Na ausência de uma sistematização autônoma do próprio autor sobre a questão metodológica, o marxismo e a tradição da economia política se viu às voltas com o debate sobre o conteúdo científico da dialética de Marx em *O Capital*. Dessa forma, ao longo do século XX, uma larga produção intelectual e multidisciplinar buscou preencher esta lacuna no seu pensamento, o que envolveu duas questões a serem tratadas: (1) a dívida intelectual de Marx para com Hegel, especialmente em relação a sua dialética e a alegada “inversão materialista” promovida pelo primeiro; e (2) o estatuto científico de Marx e o seu método “cientificamente correto” em contraposição a Economia Política e a economia vulgar, bem como as reivindicações epistemológicas do marxismo condizente com esta matriz dialética.

Sobre a primeira questão, é forçoso concordar com Callinicos (2014) ao afirmar que “Hegel lança uma longa sombra sobre *O Capital*”, pois é explícito o uso de terminologias hegelianas por Marx não apenas na sua principal obra, mas também nos *Grundrisse*. A presença implícita ou explícita de Hegel na crítica da economia política de Marx já foi destacada por diversos estudiosos, como por exemplo, Lukács, Ilienkov, Kosik, Korsch, Rosdolsky, e mobilizou profundas divergências no interior do marxismo. Um exemplo tradicional do “trânsito metodológico” entre a dialética hegeliana e a de Marx, como afirma Korsch (2008), são as conhecidas afirmações Lênin em seus *Cadernos Filosóficos* em 1914:

“*Aforismo*: não se pode compreender plenamente *O capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido *toda a Lógica* de Hegel. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista o compreendeu!” (LENIN, 2011; p. 157)

“Se Marx não nos deixou a *Lógica* (com L maiúsculo), deixou-nos a lógica de *O capital* - e seria conveniente utilizar a fundo esta observação para o problema aqui discutido. Em *O capital*, são aplicados a uma ciência a lógica, a dialética e a teoria do conhecimento (não são necessárias três palavras: é a mesma coisa) de um materialismo que recolheu tudo o que há de precioso em Hegel e que o fez avançar”. (LENIN, 2011; p. 201)

Como uma “ciência do pensar puro” e parte integrante do seu sistema filosófico, a *Ciência da Lógica* de Hegel tem como temário “as formas necessárias e as próprias determinações do pensar”, ela considera os conteúdos objetivos “puramente por si” e é dividida em três partes que expressa de maneira desenvolvida a determinidade do *conceito*. Ela reflete a necessidade considerar o conceito enquanto conceito que é, na sua imediatez, *em si*, a mediação das determinações reflexivas, *o ser dentro de si* do conceito, e como conceito *como tal*, como síntese. Assim, temos a Doutrina do Ser e seus momentos de determinação como a qualidade, a sua forma de existência (*Dasein*), a quantidade e a medida; a Doutrina da Essência e a determinação do Ser não mais em-si, mas para-si, com o seu fundamento da existência (*Existenz*), a aparência fenomênica e a realidade efetiva; e a Doutrina do Conceito, onde o conceito, como verdade do ser e da essência, emerge como identidade consigo mesmo, determinado *em-si* e *para-si*, o que culmina na Ideia Absoluta, na unidade entre conceito e objetividade. Segundo Werle (2011), o projeto da lógica hegeliana propõe-se a “pensar as categorias do pensamento a partir delas mesmas”, de tal maneira que o seu método se concentra no movimento do conceito, um conceito que é a “atividade absoluta, a própria determinação e realização do movimento” (HEGEL, 2010; p. 737).

Assim, as discussões sobre o temário necessariamente devem refletir sobre a herança hegeliana nos trabalhos de Marx, em especial n’*O Capital*, mas também investigar os caminhos trilhados pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual, e como esta herança foi minuciosamente tratada por Marx. Com isso, as mais diversas interpretações sobre o método marxiano sempre envolveu considerações sobre a natureza da relação Marx e Hegel e a possibilidade de uma reconstrução da cientificidade do seu discurso e de sua crítica da economia política.

2. O projeto da Nova Dialética e as outras interpretações do método de Marx

O preenchimento da “lacuna” metodológica na crítica da economia política e a necessidade de reconstruí-la para compreender o caráter científico da obra de Marx é o principal objetivo da “Nova Dialética”. Segundo Arthur (2004), este projeto teórico propõe-se a reavaliar a influência da lógica dialética de Hegel em a *Ciência da Lógica* sobre o método adotado por Marx em *O Capital*. É importante ressaltar, como afirma Moseley (2014), que a “Nova Dialética” não é uma escola de pensamento uniforme, um grupo monolítico, pois existem controvérsias no interior do projeto intelectual, de tal forma que ela pode ser encarada mais precisamente como uma “tendência filosófica” que busca em Hegel e a sua lógica a chave interpretativa dos últimos trabalhos de Marx.

Inicialmente, a proposta metodológica da “Nova Dialética” parte de uma crítica ao “materialismo dialético” (DIAMAT), uma versão vulgarizada do método de Marx que teve seu desenvolvimento na formulação de Plekanov nas URSS. Segundo Arthur (2004), sob influência dos últimos trabalhos de Engels, a “velha dialética” se apresentava como um método universal de apreensão da realidade baseado em um esquema abstrato, as “leis da dialética”, aplicável de forma arbitrária aos fenômenos sociais e naturais. Em sintonia com esta tradição, a interpretação do “método lógico-histórico”³ também é submetida a crítica pelo autor, principalmente por esta compreender a estrutura lógica de *O Capital* como um reflexo das fases de desenvolvimento capitalista. Nesta leitura, Marx teria apresentado nos capítulos iniciais um estágio pré-capitalista onde prevaleceria a “produção simples de mercadoria”, baseada na lei do valor, e em seguida a partir do método de “aproximações sucessivas” (ou do “mais abstrato ao mais concreto”) na investigação teria introduzido nesta lei o conteúdo capitalista”. Para o autor, a compreensão das categorias econômicas apresentadas por Marx não seriam um “reflexo correlato dos estágios históricos do desenvolvimento do sistema capitalista de produção”, tal como a “dialética histórica”⁴, mas como uma totalidade que se articula necessariamente a partir de uma ordem lógica não-linear, a “dialética sistemática”.

De forma concisa, a dialética sistemática oferece um método científico no qual a ordem de apresentação das categorias de Marx no Livro I, como mercadoria, dinheiro e capital,

³ Um método que tem origem também em Engels, e influenciou os trabalhos de Ronald L. Meek, Paul Sweezy e Ernest Mandel.

⁴ Uma dialética encontrada em Hegel e explorada por Engels, que consiste em um “método de exibir a conexão interna entre os estágios de desenvolvimento de um processo temporal” (ARTHUR, 2004).

reconstrói a totalidade do sistema capitalista sob a forma de uma *exposição lógica* desta ordem social. A totalidade implica que cada parte do todo deve ser complementada por outra “para ser o que ela é”, de forma que as relações internas como momentos da totalidade evidencia que um objeto é internamente relacionado a outro. Entretanto, esta totalidade não é apreendida imediatamente, e se faz necessário uma reconstrução para a sua revelação, pois a “verdade é o sistema do ponto de vista da exposição”, como afirma Arthur (2004). Assim, a dialética sistêmica exige um ponto de partida (uma relação isolada e provisória) e um movimento lógico de um elemento a outro, ao longo de uma cadeia entrelaçada de categorias, um método “em aberto” que se aproxima da “verdade das coisas”.

Segundo Arthur (2004), na *Ciência da Lógica* Hegel demonstra como as categorias podem ser *sistematicamente* relacionadas umas as outras de forma que a sua exposição oferece uma abordagem na qual as categorias adquirem sentido através do seu posicionamento com respeito as demais categorias e a totalidade. Assim, a tarefa da dialética sistemática, encontrada em Hegel e Marx, é ordenar as categorias das mais simples e abstratas até as mais complexas e concretas. E a progressão do movimento lógico em direção ao todo implica ao mesmo tempo um processo de regressão, pois o impulso da dialética é a reconstrução da realidade, o que emerge como seu resultado é na verdade um pressuposto, mas não dedutivo ou axiomático.

A análise do modo de apresentação das categorias econômicas de Marx em *O Capital* e a organização do sistema categorial de Hegel em a *Ciência da Lógica*, conduz Arthur (2004) a defender uma “homologia” entre as duas obras, ou seja, a exposição e a articulação interna das categorias de Marx, bem como o seu desdobramento lógico, encontraria uma identidade estrutural com o ordenamento lógico e sistemático de Hegel. Para o autor, a exposição da forma-valor, do dinheiro e do capital em *O Capital* não representa uma mera aplicação conveniente do método hegeliano a um outro objeto de estudo (a sociedade capitalista), mas sim existe “uma real encarnação das ideias lógicas de Hegel” na construção do argumento de Marx. Para Arthur (2004), Hegel inicia a sua lógica com uma abstração de tudo que é particular e determinado, um forte paralelo com as forma-valor de Marx (mercadoria, dinheiro e capital), pois como uma “abstração material” da troca de mercadorias, elas apresentam-se inicialmente em sua forma pura que se desenvolvem por si só e entram em relações umas com as outras, assim como o auto-movimento do pensamento na *Lógica* de Hegel.

Desse modo, o autor destaca que a “homologia” pode ser assim identificada: o movimento da troca de mercadorias ao valor teria um paralelo com a Doutrina do Ser; a duplicação do dinheiro e das mercadorias, com a Doutrina da Essência; e o capital como “forma absoluta” ou “fórmula geral” apresentaria um paralelo com a Doutrina do Conceito. O quadro abaixo resume a proposta de Arthur (2004):

Tabela 1: Categorias hegelianas e categorias marxianas

A Ciência da Lógica (Hegel)	A dialética da forma-valor (Arthur)
I: A Doutrina do Ser	I: A mercadoria
Qualidade	Potencial de troca das mercadorias
Quantidade	Quantidade de mercadorias trocadas
Medida	Valor de troca das mercadorias
II: A Doutrina da Essência	II: O dinheiro
Fundamento	O valor em-si
Aparência	As formas do valor
Realidade efetiva	O dinheiro
III: A Doutrina do Conceito	III: A fórmula geral – o capital
Conceito subjetivo	Lista de preços
Conceito objetivo	Metamorfoses do dinheiro e das mercadorias
Ideia	Autovalorização

Fonte: Arthur (2004)

A tese da “homologia” entre as obras de Hegel e Marx não é consensual entre os participantes da “Nova Dialética”⁵. Para Moseley (2014), existiria dois níveis de abstração em *O Capital*, o “capital em geral” (produção de mais-valor) e a “concorrência” (distribuição de mais-valor), que foram fortemente influenciados por dois momentos da

⁵ Como indica os trabalhos de Tony Smith e Geert Reuten (MOSELEY, 2014).

Doutrina do Conceito de Hegel, a universalidade e a particularidade. Segundo o autor, no último o Conceito começa com a determinação do universal e, em seguida, explica as formas particulares como formas particulares do universal (pré-determinado e pressuposto). A apropriação de Marx é percebida quando este começa com a forma geral do mais-valor (o “capital em geral”) e em seguida, explica as formas particulares de mais-valor (a “concorrência”) com a forma geral predeterminada da mais-valia pressuposta, juntamente com as determinações particulares adicionais.

Além da “Nova Dialética”, outros trabalhos nos últimos anos procuraram recuperar o tema e registrar a sua importância para a compreensão da crítica ao capitalismo, seja reivindicando a forte herança hegeliana em Marx ou buscando demarcar uma diferença metodológica entre os autores. Segundo o economista Sekine (2008), existiria um “homomorfismo” entre a *Ciência da Lógica* de Hegel e a dialética do capital de Marx, ou seja, a estrutura lógica de *O Capital* encontra um forte paralelo com a exposição das Doutrinas de Hegel (Ser, Essência e Conceito). Enquanto um sistema lógico e dialético, a teoria econômica marxiana pode ser dividida de forma similar entre a Doutrina da Circulação (mercadoria, dinheiro e capital), a Doutrina da Produção (produção de capital, circulação de capital e reprodução do capital) e a Doutrina da Distribuição (preço de produção, lucro/renda da terra e lucro/juros). Com este esquema, o autor, inspirada nos estudos do economista e marxista Kôzô Uno, busca reformular a dialética marxista a partir da dinâmica do capital, o “sujeito” da história em Marx, em estreita consonância com os momentos da lógica e sujeito hegeliano da história, a Ideia ou Espírito Absoluto. Destacando a presença hegeliana no método de Marx, Dussel (2011) apresenta a categoria valor a partir da Doutrina do Ser (o começo da lógica) e o capital, da Doutrina da Essência (a totalidade). Mas, na sua opinião, Marx produziu uma “reconstrução total” do sistema hegeliano ao introduzir a “fonte criadora de mais-valor”, o trabalho vivo, o que impediria o capital ser igual ao valor, ou o conceito igual ao ser, como em Hegel.

Para Callinicos (2014), Marx forja o seu próprio método em diálogo com Hegel e Ricardo, mas após sucessivos esboços de sua obra, especialmente nos manuscritos de 1861-1863, ele se distancia de ambos e constrói a sua própria estrutura metodológica. Na opinião do autor, o método da crítica da economia política de Marx envolveu uma crítica do conceito de ciência da Economia Política Clássica, do concreto imediato para as generalizações abstratas, baseada de forma *eclética* em Hegel. Mas ao contrário do “auto-movimento” do conceito de Hegel, Marx sublinha que a exposição do movimento *real*, o “caminho de

retorno” ao objeto, deve ser exposto “adequadamente” através da ordem das categorias, mesmo que isto apareça como uma “construção a priori”, como já alertava (MARX, 2014, p. 90). Além disso, na crítica a visão meramente quantitativa do valor em Ricardo, Marx teria tomado algumas categorias da *Ciência da Lógica*, como quantidade, qualidade, medida, mas de maneira *pragmática*, sem maiores desdobramentos metodológicos para o autor. O mesmo ocorre para outras categorias como atração/repulsão (Doutrina do Ser) para o estruturar a primeiras das três seções que compõem o capítulo 1 do Livro I e internalização/externalização (Doutrina da Essência). No último caso, é importante destacar que a externalização em Marx é um conceito epistemológico (diferentes níveis de abstração da análise) e não ontológico, como em Hegel; e serviu para compreender a relação entre o “capital em geral” e a pluralidade de capitais, a concorrência, nos *Grundrisse*. Além disso, segundo Callinicos (2014), existe uma diferença fundamental entre a estrutura da *Ciência da Lógica* e *O Capital*. No primeiro, observamos o movimento de *internalização* do conceito na Doutrina do Conceito, após a sua externalização na Essência. E a estrutura de *O Capital* e o seu movimento do abstrato ao concreto representaria, ao contrário, um processo progressivo de *externalização* do movimento do capital, em direção às formas aparentes (e fetichistas) das relações de produção, que tem como primeiro passo a apresentação da taxa de lucro no Livro III.

E de maneira análoga, Bidet (2007) encontra uma “problemática de apoio/obstáculo epistemológico” em relação entre Marx e o método hegeliano. Apesar de ter encontrado em Hegel um importante suporte para o seu projeto, este apoio tornou-se um obstáculo e causou estagnação e confusões, como por exemplo, o momento inicial da exposição na Seção I do Livro I, onde “certas interferências da lógica hegeliana” resultaram em ambiguidades, em especial ter como ponto de partida a “superfície” da sociedade, mas ainda conter elementos da essência, como a “lei do valor”. Para o autor, ainda ecoam no discurso marxista uma tendência predominante de interpretar *O Capital* nos termos dos *Grundrisse* e dos *Manuscritos de 1844*, um “caminho hermenêutico que conduz a um retorno à Hegel”. Dessa forma, em sua crítica à “Nova Dialética”, Bidet (2005) afirma que uma das principais características da “abordagem dialética” no marxismo é a busca pela verdade do *O Capital* nos textos preparatórios, especialmente os *Grundrisse*. Apesar de ser um legítimo procedimento, o autor destaca que é mais plausível que entre um texto e outro, Marx teria constantemente corrigido e suprimido partes do seu estudo, como

qualquer outro estudioso, sendo necessário observar em qual ocasião isto ocorreu ou se manteve o mesmo argumento.

3. As categorias econômicas em A Miséria da Filosofia e a orientação materialista da ontologia de Marx

Alternativamente as propostas anteriores no estudo da questão metodológica em Marx, este trabalho sugere um outro caminho para a sua compreensão: a análise da instauração de um discurso marxiano científico exige uma reconstrução do caminho e do sentido do seu projeto de crítica da economia política conjuntamente com a exposição de seu padrão científico ao longo desta jornada. E o elemento central na análise proposta é a posição marxiana quanto as categorias econômicas reveladas e expostas em diversos momentos de sua trajetória intelectual, precisamente porque nesta temática, e no desenrolar de sua construção e arranjo analítico como *formas de ser (dasein)*, se explicita o estatuto científico de Marx construído desde 1843/1844 até a redação final de *O capital*.

Os relatos do caminho intelectual de Marx ao *O Capital* são conhecidos na longa tradição do marxismo⁶, e recentemente foram acrescidos, não sem polêmicas, pelas pesquisas filológicas e a edição histórico-crítica das obras completas de Marx e Engels, a *Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA²)*, a partir dos anos 1990. No exame cronológico da formação da crítica da economia política destaca-se inicialmente três períodos até 1857-1858: (i) os estudos iniciais da economia política realizados por Marx em Paris, Manchester e Bruxelas entre 1843 e 1847, que resultou nos conhecidos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1844) e *A Miséria da Filosofia* (1847); (ii) as redações sobre economia política no período *Neue Rheinische Zeitung* ou *Nova Gazeta Renana* que fundou e dirigiu entre 1848 e 1849 em Londres após as revoluções de 1848, entre eles *Trabalho assalariado e capital* (1849), e inclui também os *Cadernos de Londres* de 1850-1853; e por fim (iii) o período no qual se insere os artigos sobre a crise financeira no New York Tribune, especialmente o *Books of Crisis' of 1857-8* e que coincide com a redação dos manuscritos conhecidos como *Grundrisse* entre Julho de 1857 e Maio de 1858. A esta ordem podemos acrescentar o período (iv) entre Agosto de 1858 e Janeiro de 1859, no qual Marx redigiu e publicou a *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859);

⁶ Aqui encontramos trabalhos de amplo conhecido entre os estudiosos como, Rubel, Mandel, Mehring, e destacamos as recentes observações contidas em Musto (2011), Fineschi (2014), Callinicos (2014) e Frederico (1995).

(v) a primeira metade da década de 1860, que consiste na redação dos *The Economic Manuscript of 1861-1863* e *The Economic Manuscript of 1863-1865*, onde o primeiro refere-se as conhecidas *Teorias da Mais-Valia* (editada e publicada em parte por Kautsky entre 1905 e 1910), e o segundo como um esboço dos três livros de *O capital*, além do assim-chamado *Livro Sexto*; e por fim (vi) o período da publicação do Livro I em 1867 e a edição francesa publicada entre 1872-1873.

O primeiro período destacado acima, que inclui *A Miséria da Filosofia* (1847), pode ser compreendido como o encontro de Marx com a economia política, o que ocorreu após a sua mudança para Paris em 1843. Como registrado, neste ano ele fundou e ajudou a editar o *Deutsch-französische Jahrbücher* ou *Anais Franco-alemães*, e os seus estudos de economia política iniciaram após uma revisão da questão do Estado em Hegel, de forma que a origem de sua crítica da economia política resulta de seus estudos do período e incluem notas e cadernos sobre destacados economistas. Como afirma o próprio autor em 1859, no prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*:

“O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito* de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuara em Bruxelas”.

(MARX, 2008; p. 46)

Anterior aos estudos de Marx sobre a economia política encontramos um trabalho considerado pelo próprio autor como um “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas”, o *Esboço para uma crítica da economia política* (1844) de Engels, também publicado nos *Anais Franco-alemães*. A partir da leitura deste esboço, Marx trabalha, segundo Musto (2011) numa compilação de resumos de obras dos economistas, todos analisados por Engels, como Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo e James Mill, Robert MacCulloch etc, os conhecidos *Cadernos de Paris*, e ao mesmo tempo redige

os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844). No ano seguinte, Engels escreve a Marx duas cartas onde insiste para que ele publicasse o material reunido o mais rápido possível, sem sucesso. Entretanto, Marx não atende prontamente o pedido de Engels e continuou os seus estudos de economia, como registra Musto (2011). Em fevereiro de 1845, ele redigiu seis cadernos de anotações contendo “os conceitos básicos da economia política”, com foco nos trabalhos de Sismondi, Storch e Rossi, incluídos nos *Cadernos de Bruxelas*, além de estudado criticamente as teses de List. Após uma breve estadia em Manchester, que incluía outras anotações sobre a economia política, Marx retoma a capital belga e inicia outro projeto, com Engels, um “acerto de contas com a nossa antiga consciência filosófica” (Marx, 2008; p. 49). Era a redação de *A ideologia Alemã* (1846), publicada postumamente.

Em dezembro de 1846, Marx decide submeter o *Sistema de contradições econômicas ou filosofia da miséria* (1846) de Pierre-Joseph Proudhon a uma crítica pois a ela a obra apareceu “de um modo geral, muito ruim mesmo” (MARX, 1985; p. 205). A obra “A Miséria da Filosofia” foi publicada em julho de 1847 que esboçava os primeiros resultados dos estudos em economia política de Marx, e representava a primeira exposição científica dos seus “pontos decisivos”, como afirmara em 1859 no prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*. A crítica a Proudhon inicia-se com uma discussão sobre as categorias “valor de utilidade” e “valor de troca”, a pretensa descoberta pelo autor do “valor constituído ou valor sintético” e a questão do excedente do trabalho; e propiciou-lhe, como lembra Engels no prefácio da primeira edição alemã em 1885, “a oportunidade para desenvolver aqueles princípios fundamentais [novas concepções históricas e econômicas]” em contraposição ao proeminente socialista francês.

Após uma crítica as “descobertas científicas” de Proudhon, Marx dirige a sua análise crítica para a questão do método adotado pelo socialista francês, registrando a pretensa influência de Hegel e o seu método sobre este, de tal forma que para este fim é necessário “falar a linguagem da metafísica, sem abandonar a economia política” (MARX, 1985; p.101). E para a realização desta tarefa, o autor apresenta sete observações sobre o temário onde busca compreender não apenas os equívocos de metodológico de Proudhon, mas também – e conscientemente, como afirmado no “prólogo” da obra – expor comentários críticos direcionados a filosofia alemã e a economia política. Em resumo, trata-se de investigar a síntese entre ambas tradições proposta pelo reformismo proudhoniana, a “metafísica da economia política”.

O método absoluto e a pretensa dialética hegeliana do Sr. Proudhon

Na primeira observação, a análise recai antes de tudo sobre o método hegeliano e a natureza do movimento das categorias, pois Proudhon ao tratar da formação das categorias econômicas as entende a partir de um ordenamento não temporal, mas sim “segundo a sucessão das ideias”, ou mais precisamente “uma sucessão lógica”. Dessa forma, como nesta proposta, segundo Marx, as categorias econômicas expressam tão somente “ideias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais” (MARX, 1985; p. 103), a análise encontra uma questão necessariamente preliminar: como o movimento da *razão pura* ou impessoal produz estes pensamentos ou como as categorias, as ideias existentes, as quais Proudhon têm como objetivo explicar, são formadas, a sua origem.

Segundo Marx (1985), por carecer de um “terreno” e um “objeto” pelos quais se movimenta, a razão pura não encontra outra alternativa a não ser operacionalizar a sua abstração apresentando a coisa como uma categoria lógica. E a operação da força da abstração compreende o expediente da “fórmula sacramental” hegeliana, da afirmação, negação e negação da negação ou como Marx sublinha a origem grega deste raciocínio, a tese, a antítese e a síntese. Dessa forma, o movimento da razão pura se afasta progressivamente dos objetos, apesar de pretensamente buscar aproximar-se deles, e revela pela força da abstração a substância do objeto, “um corpo”, uma categoria lógica. E o autor não se surpreende com este resultado:

“Que tudo que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, possa ser reduzido, à força de abstração, a uma categoria lógica; que, deste modo, todo o mundo real possa submergir no mundo das abstrações, no mundo das categorias lógicas – quem se espantará com isto?” (MARX, 1985; p. 104)⁷

Dessa forma, a processualidade da razão pura implica transformar as coisas em categorias lógicas, e assim a revelação de uma substância das coisas, um movimento “puramente formal”, “em estado abstrato”, ou como Marx sublinha “a fórmula puramente lógica do movimento”. O caráter especulativo do método empregado pela razão pura é aquele no qual Hegel afirma ser o “método absoluto”, que na opinião de Marx explica tanto as coisas

⁷ Neste ponto do argumento é importante registrar que a avaliação de Marx da “razão eterna” não é uma surpresa para o próprio, pois no primeiro trabalho publicado em conjunto com Engels, *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (1845), ambos criticaram o caráter especulativo do método hegeliano, em especial na seção “O mistério da construção especulativa”.

como o seu movimento. Assim, evidencia-se a metafísica da econômica política e a pretensão proudhoniana:

“Reduzidas todas as coisas a uma categoria lógica e todo movimento, todo ato de produção ao método, a consequência natural é a redução de qualquer conjunto de produtos e de produção, de objetos e de movimento a uma metafísica aplicada. O que Hegel fez em relação à religião, ao direito, etc., o Sr. Proudhon procura fazer em relação à economia política” (MARX, 1985; p. 104)

Em seguida, Marx retoma a operacionalização ou o movimento da razão pura, o se pôr, se opor e se compor, ou na linguagem hegeliana, afirmar-se, negar-se e negar a sua negação. Inicialmente, como explica Marx, a razão põe-se como *tese* que se opõe a si mesmo e com isso desdobra-se em dois contraditórios, o positivo e o negativo, que como antagônicos, como uma *antítese*, constituem o movimento dialético. A luta entre os dois elementos, o devir do positivo e do negativo que “equilibram, neutraliza, e paralisam”, formam um novo pensamento, a *síntese* de ambos os antagônicos. Desta síntese emerge um novo pensamento que também se desdobra em dois pensamentos, uma nova síntese, e surge um grupo de pensamento que no movimento dialético faz originar-se a sua antítese, um grupo de contraditório. E por fim, destes dois pensamentos o movimento puro faz surgir um novo, uma nova síntese. A operação pode assim ser sintetizada, na opinião de Marx: “do movimento dialético das categorias simples nasce o grupo, do movimento dialético dos grupos nasce a série e do movimento dialético das séries nasce todo o sistema” (Marx, 1985; p. 105).

Com a aplicação deste método à economia política temos a “lógica e a metafísica da economia política”, ou seja, a apresentação das categorias econômicas como se emergissem uma após a outra “graças ao exclusivo trabalho do movimento dialético”, da “cabeça da razão pura”. E Marx finaliza a sua primeira observação com uma crítica ao método dialético hegeliano por reconstruir através do método absoluto com a seu sistema e ordenamento categorial as “ideias que estão na cabeça de todo mundo”, um movimento em estado abstrato, puramente lógico, formal.

Na quarta observação, Marx expõe uma crítica a apropriação empreendida por Proudhon da dialética hegeliana na economia política. Confinado numa versão vulgarizada do movimento da razão pura, Proudhon entende o antagonismo das categorias econômicas pelo critério moral, tendo dois lados, um bom e outro mau, a vantagem e o inconveniente. Dessa forma, o único problema a ser resolvido, observa Marx, é “conservar o lado bom,

eliminando o mau”, de tal forma que ele toma uma categoria com o propósito de corrigir os inconvenientes de outra categoria. Operando nestes termos, onde uma categoria depura a outra, as categorias econômicas em Proudhon não se apresentam como um movimento dialético, com coexistência, luta e fusão dos antagônicos, e emergência de uma nova categoria, mas sim como uma contradição do próprio autor. Assim, a distinção dogmática entre o bom e o mau, e a busca por eliminar o último, acaba por liquidar o movimento dialético, de tal forma, que segundo Marx, de Hegel Proudhon “só tem a linguagem”. Na quinta observação, o autor arremata a sua crítica a pretensa dialética proudhoniana, que ao colocada em prática desprende-se da razão e se materializa numa “ilusão da metafísica da economia política”, um hegelianismo superficial⁸:

“É claro que, a partir do momento em que o processo do movimento dialético se reduz ao simples procedimento de opor o bem e o mal, de colocar problemas destinados à eliminação do mal e de apresentar uma categoria como antídoto da outra, a partir deste momento as categorias perdem a sua espontaneidade; a ideia ‘já não funciona’ (...). A dialética não é mais o movimento da razão absoluta. Não há mais dialética; há, no máximo, a moral pura” (MARX, 1985; p. 110)

A historicidade das categorias econômicas

Na segunda observação, Marx apresenta as categorias econômicas como “expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”, ao contrário do método metafísico adotado por Proudhon que as observa de modo inverso, as categorias econômicas como encarnações daqueles princípios da razão pura, impessoal. Como economista, ele identifica a intervenção do homem em relações determinadas de produção, mas não compreende que tais relações também são produzidas pelo homem. Como destaca:

“Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais” (MARX, 1985; p. 106)

Dessa forma, Marx assinala que as categorias econômicas são “produtos históricos e transitórios”, não são eternas, assim como também não são eternas as relações sociais que expressam. Ou seja, como destaca o autor, as ideias que expressam as relações sociais e

⁸ Ver carta de Marx a P. V. Annenkov (MARX, 1985).

as próprias relações sociais estão em constante movimento. Na sétima observação, Marx dirige a sua crítica a economia política, e também a Proudhon, e o caráter *a-histórico* de suas análises do modo de produção capitalista. Inicialmente, ele destaca que para os economistas existem duas instituições, as artificiais e as naturais, sendo as relações de produção burguesa as relações naturais, e as do feudalismo, as artificiais. Como relações naturais da sociabilidade humana, no capitalismo a “riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza”, de tal maneira que estas relações aparecem regidas por “leis independentes da influência do tempo”, e assim, são relações sociais eternas.

“Assim, houve história, mas já não há mais. Houve história porque existiram instituições da feudalidade e porque, nelas, encontram-se relações de produção inteiramente diferentes das da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, logo, eternas” (MARX, 1985; p.116).

Como “representantes científicos da produção burguesa”, os economistas envolvem-se em diferentes teorias formuladas por eles com o objetivo de dar conta do crescente antagonismo do próprio modo burguês de produzir a riqueza nesta sociedade, do caráter duplo do movimento das relações burguesas:

“ (...) que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações onde há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que estas relações só produzem a riqueza burguesa, ou seja: a *riqueza da classe burguesa*, destruindo constantemente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente” (MARX, 1985; p. 117)

Na opinião de Marx, Proudhon pretendia pairar acima dos economistas burgueses e dos socialistas, destacando o “lado bom” das relações capitalistas, “eternas”, como os primeiros, e denunciando o “lado mau”. Entretanto, ele fica aquém de ambos, e apenas revelou a sua oscilação entre o capital e o trabalho, “entre a economia política e o comunismo” (Marx, 1985; p. 119). O texto segue agora com uma análise das categorias econômicas “descobertas” por Proudhon, onde Marx propõe uma análise crítica e revela-nos o conteúdo *histórico e transitório* das categorias que conformam o modo de produção burguês.

A categoria divisão do trabalho emerge não como uma lei eterna que precede na análise a fábrica moderna e as máquinas e com aspectos positivos (a ser mantidos) e negativos (a ser superados), mas sim como um resultado da acumulação de capital, numa sociedade regida pelo capital. Apesar de ser uma característica presente em sociedades pré-capitalistas, segundo Marx (1985; p. 120) a divisão do trabalho no capitalismo pressupõe um arranjo social no qual os trabalhadores encontram-se livres dos “séculos dos senhores feudais” e a sua reunião em uma oficina. Por outro lado, a indústria moderna, que está na base da moderna divisão do trabalho, surge como um resultado da acumulação de capital, da expansão do comércio colonial⁹ e torna possível a formação de um ambiente de trabalho, a moderna oficina, e assim, com a utilização da maquinaria, permite o surgimento da divisão do trabalho.

Outra categoria econômica analisada por Marx (1985; p. 135) é a da concorrência, que em Proudhon aparece como um elemento essencial para a divisão do trabalho (“lado bom”), mas que possui efeitos danosos, como a miséria, a guerra civil e o destrói o comércio livre através do monopólio (“o lado mau”). Ao contrário da busca em provar a eternidade da concorrência como categoria, tal como faz Proudhon, Marx observa que ela tem origem não na atividade industrial, mas sim na “emulação comercial” e no monopólio feudal, de forma que o monopólio moderno não apenas precede a concorrência como forma uma “unidade de contrários” entre esta e o monopólio feudal.

Por fim, Marx (1985; p. 143) investiga a historicidade da categoria propriedade privada, que se desenvolveu em diferentes épocas da sociedade e em diversas relações sociais “totalmente distintas”. Dessa forma, analisar a forma de propriedade no modo de produção do capital é investigar todas as relações sociais da produção burguesa, e não a tomar como um conceito abstrato, como o faz Proudhon. Este procura a origem da propriedade em “considerações psicológicas e morais”, envolvendo a questão com tornos místicos e misteriosos.

“Pretender dar uma definição da propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e universal – isto não poder ser mais que uma ilusão de metafísica ou de juris prudência” (MARX, 1985; p. 143)

E em carta a Annenkov em 1846, Marx afirma:

⁹ “Mercado mundial” em carta a Annenkov em 1846 (MARX, 1985; p. 208).

“Quando estabelece a propriedade como uma relação independente, o Sr. Proudhon comete algo mais do que um simples erro de método: demonstra, claramente, que não apreendeu o vínculo que liga todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendeu o caráter histórico e transitório das formas de produção em uma determinada época” (MARX, 1985; p. 210)

Na mesma correspondência, que precedeu imediatamente a redação de *A Miséria da Filosofia*, Marx destaca que um dos principais erros de Proudhon foi não ter considerado que os homens desenvolvem determinadas relações entre si e que estas mudam de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pelos próprios homens. Ou seja, não foi considerado pelo socialista francês a *historicidade* das categorias econômicas. Não indo além do “horizonte burguês”, ele não compreende que o modo de produção do capital é uma “forma histórica e transitória”, tal como a forma feudal. Ou mais precisamente:

“Não percebeu que as *categorias econômicas* não são mais que *abstrações* destas relações reais e que somente são verdades enquanto estas relações subsistem. Incorre, por conseguinte, no erro dos economistas burgueses, que vêem nestas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, desenvolvimento determinado pelas forças produtivas” (MARX, 1985; p. 211)

Ou, ainda na primeira observação sobre a questão metodológica de Proudhon:

“Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc, como categorias fixas, imutáveis, eternas (...) nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra”. (MARX, 1985; p. 102)

Por fim, é importante destacar que ao longo da obra Marx é enfático na crítica as pretensões proudhoniana de ordenar logicamente os princípios e as categorias já encontradas nos economistas políticos da época. E exatamente por isso, ele não foi capaz de compreender o *movimento histórico das relações de produção*, o “movimento real da história”, e como os homens que produzem estas relações também criam “as *ideias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações”. As pretensões dialéticas de Proudhon, segundo Marx, constroem apenas uma “história das ideias”, onde os homens são meros instrumentos da razão pura, uma “velharia hegeliana” que opera

metodologicamente a partir da “mística ideia absoluta”. Ou seja, ele refugiou-se numa tentativa de construir um edifício teórico sob a direção da razão pura, impessoal e sem vida, onde as abstrações ideias carecem de um substrato material (histórico e transitório) e apenas servem de base para um pretense ordenamento lógico e puro das categorias econômicas (MARX, 1985; p. 208)

“Para o Sr. Proudhon, entretanto, as abstrações, as categorias, são a causa primária: são elas, e não os homens, que fazem a história. A *abstração*, a *categoria considerada como tal* – ou seja, separada dos homens e da sua ação material – é, naturalmente, imortal, inalterável, impassível; não é mais que um ser da razão pura, o que significa dizer, simplesmente, que a abstração, considerada como tal, é abstrata – admirável tautologia” (MARX, 1985; p. 212)

Considerações finais

Assim, as considerações de Marx em 1846-1847 sobre a natureza das categorias econômicas no modo de produção capitalista explicitam, pela primeira vez ao público, o desenvolvimento de seus estudos sobre a economia política. Além disso, esboçam ainda que preliminarmente os princípios fundamentais que uma década depois irão compor o conjunto de enunciados ontológicos da sua cientificidade, apontados por Lukács (2012) nos *Grundrisse* (1857-1858).

Isto porque os comentários acerca das categorias econômicas do modo de produção capitalista analisadas por Marx em *A Miséria da Filosofia* sinalizam para uma cientificidade que exige um “terreno” para a sua efetivação, um tratamento da *coisa* enquanto tal, sem o suporte de um “método absoluto”, seja na versão original ou vulgarizada da dialética hegeliana, que se afasta progressivamente dos objetos e os transforma em categoria lógica, mistificada no movimento da ideia. O que a crítica a Proudhon destaca não é somente a aplicação equivocada de um método universal a economia política, mas sim, e em direção oposta, a necessidade de considerar a historicidade das categorias econômicas, uma investigação histórica-concreta das formas burguesas de relações de produção. Uma década depois, Marx (2011; p. 59) afirmará que na sociedade regida pelo capital, as categorias econômicas expressam as “formas de ser, determinações de existência”, propriedades internas do próprio ser, não uma expressão ideal da realidade explicitada sob a forma de um conceito puro.

De maneira complementar, os apontamentos metodológicos sobre as categorias econômicas em 1847 ainda apontam, também preliminarmente, para a questão da demarcação central de sua ontologia com o discurso gnosiológico e o problema da possibilidade do conhecimento e da realidade: de um lado, temos o ser social “que existe independentemente de ser mais ou menos corretamente conhecido”, e do outro, “o método de sua apreensão ideal mais adequada possível” a este ser. Ou seja, a determinação da objetividade do ser em sua multiplicidade, depende da natureza do objeto investigado e da sua apropriação ideal em consonância com o próprio objeto. Seria instaurado no discurso científico marxiano considerações centrais de ordem gnosiológicos ou metodológicos, um discurso envolvido numa aplicação de um método eleito *a priori*, seja empiricista ou logicista, como o mais adequado ao seu estudo? Na verdade, o que a investigação aqui realizada procurou apontar, ainda que em estado inicial e no primeiro trabalho publicado por Marx sobre a economia política, é que o sentido das abstrações parte do próprio objeto, daquela essência ontológica da matéria, e não de uma “teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas” que permitiria o acesso ao conhecimento de forma universal (CHASIN, 2009)

Referências bibliográficas:

- ARTHUR, C. (2004) *The New Dialectics and Marx's Capital*. Leiden: Brill.
- BIDET, J. (2007) *Exploring Marx's Capital: Philosophical, Economic and Political Dimensions*. Leiden. Brill.
- CALLINICOS, A. (2014) *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. Bookmarks, London.
- CHASIN, J. (2009) *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- DUSSEL, E. (2011) Hegel, Schelling y el plusvalor. In: Musto, M. (org.) *Tras las huellas de un fantasma: La actualidad de Karl Marx*. Siglo XXI, México.
- FINESCHI, R. (2014) Karl Marx após a edição histórico-crítica (MEGA²): um novo objeto de investigação. In: Del Roio, M (org.) *Marx e a dialética da sociedade civil*. Editora Cultura Acadêmica, Marília, São Paulo.

- FREDERICO, C. (1995) *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. Editora Cortez, São Paulo.
- HEGEL, G. W. F. (2010) *The Science of Logic*. Cambridge University Press, Cambridge.
- KORSCH, K. (2008) *Marxismo e filosofia*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- LENIN, V. (2011) *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- LUKÁCS, G. (2012) *Para uma ontologia do ser social – Volume 1*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- MARX, K. (1985) [1847] *A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon*. Global Editora, São Paulo.
- MARX, K. (2008) [1859] *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Editora Expressão Popular, São Paulo.
- MARX, K. (2014) [1867] *O capital: crítica da economia política – Livro I*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- MARX, K. (2011) *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1983) *Collected Works - Volumes 40-42*. New York: International Publishers.
- MOSELEY, F. (org.) (1993) *Marx's Method in Capital: a reexamination*. Humanities Press, New Jersey.
- MOSELEY, F. & CAMPBELL, M. (org.) (1997) *New Investigations of Marx's Method*. Humanities Press, New Jersey.
- MOSELEY, F. & SMITH, T. (2014) *Marx's Capital and Hegel's Logic: a reexamination*. Brill. Leiden.
- MUSTO, M. (2011) A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. *Crítica Marxista*, nº 33, p. 31-65, São Paulo.
- SEKINE, T. (2008) The Dialectic of Capital: An Unoist Interpretation. In: Ollman, B. & Smith, T. (org.) *Dialectics for the new century*. Palgrave MacMillan, New York.
- WERLE, M. (2011) *Apresentação*. In: Hegel, G. W. *Ciência da Lógica (excertos)*. Barcarolla, São Paulo.